

A escrita de mulheres afrodiaspóricas como um anúncio de aquilombamento: *Solitária*, de Eliana Alves Cruz

The writing of Afrodiasporic women as an aquilombamento announcement: Solitária, by Eliana Alves Cruz

Submetido em: 28/08/2024

Aceito em: 07/11/2024

Karine Aragão dos Santos Freitas¹

Talita Rosetti Souza Mendes²

Resumo: Este artigo tem como objetivo estabelecer um diálogo sobre o livro *Solitária* (2022), de Eliana Alves Cruz, tendo como ponto de partida a percepção de que o quarto de empregada e outras estruturas arquitetônicas de segregação correspondem, no romance, a uma metonímia para problematizar a persistência da colonialidade e o pensamento escravocrata no Brasil. Além disso, o livro aponta como a tomada de consciência da personagem Mabel sobre sua opressão também significa uma prática de aquilombamento com sua mãe Eunice em busca da humanidade suprimida a esses corpos durante séculos de opressão sobre a negritude africana e seus descendentes nas terras coloniais. Para tais análises, as principais referências teóricas ancoram-se em pensadores, tais como Malcom Ferdinand (2022), Grada Kilomba (2008) e Sueli Carneiro (2005). Espera-se, com o artigo, provocar a reafirmação de que o fazer literário é um caminho que cria inteligibilidades acerca de amarras impostas historicamente a indivíduos e a coletivos, sobretudo, de mulheres afro-diaspóricas/afro-brasileiras.

Palavras-chave: *Solitária*; Eliana Alves Cruz; corpo negro; decolonialidade; aquilombamento afrodiaspórico.

Abstract: This article aims to establish a dialogue about the book *Solitária* (2022), by Eliana Alves Cruz, having as a starting point the perception that the maid's room and other architectural structures of segregation correspond, in the novel, to a metonymy to problematize the persistence of coloniality and slavery thinking in Brazil. In addition, the book points out how the awareness of the character Mabel about her oppression also means a practice of aquilombamento with her mother Eunice in search of the suppressed humanity of these bodies during centuries of oppression over African blackness and its descendants in colonial lands. For such analyses, the main theoretical references are anchored in thinkers, such as Malcom Ferdinand (2022), Grada Kilomba (2008) and Sueli Carneiro (2005). It is hoped, with the article, to provoke the reaffirmation that literary making is a path that creates intelligibility about ties historically imposed on individuals and collectives, especially Afro-diasporic/Afro-Brazilian women.

Keywords: *Solitária*; Eliana Alves Cruz; black body; decoloniality; Afrodiasporic aquilombamento.

Das políticas de embarque e de desembarque ao aquilombamento

¹ Doutora em Letras/Literatura, Cultura e Contemporaneidade pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Realiza estágio de Pós-doutorado na em Estudos Culturais, como pesquisadora do PACC/UFRJ (Programa Avançado de Cultura Contemporânea) e bolsista sênior FAPERJ. E-mail: karinearagao@letras.ufrj.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0349901861239348>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4859-8497>.

² Doutora em Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Analista em Educação Profissional em Saúde Pleno I / Professora-Pesquisadora na EPSJV – Fiocruz. E-mail: talita.rosetti@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2578819368204070>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2281-2723>

Ao analisar o tráfico negreiro transatlântico em *Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho* (2022), o cientista político francês Malcom Ferdinand observa que a primeira ruptura empenhada pela política dos porões é a que acontece com o mundo familiar das terras da África: pessoas são levadas à força de suas comunidades, de suas aldeias, de suas terras e de seus céus, para serem encaminhadas às Américas. Para Ferdinand, que denomina tal processo de *política de embarque*, essa fenda inicial é múltipla, pois o rapto do tráfico significou, em primeiro lugar, a descontinuidade com comunidades coletivas de sociabilidades, com organizações políticas, com práticas culturais e de cultivo, com laços familiares de ritos associados a plantas específicas, a árvores singulares, a cemitérios com determinada organização, entre outros lugares, dessas terras africanas. Em conjunto, o tráfico negreiro transatlântico provocou também um rompimento da relação de indivíduos e de comunidades com suas terras, com seus lugares, com a localização de seu vilarejo. Assim, “regimes alimentares, relações com animais, com plantas, cursos d’água, terras cultivadas, astros e espíritos foram, brutalmente, interrompidos.” (Ferdinand, 2022, p. 73).

Somadas a tais rasuras, as violências físicas e psicológicas foram acompanhadas de uma ruptura da relação com o corpo. O indivíduo aprisionado, acorrentado, confinado nos porões e nos conveses inferiores não poderiam mais estabelecer a mesma relação com o próprio corpo. A desintegração do corpo imposta pelo cativo e as quebras nas estruturas comunitárias e territoriais conduzem, assim, ao desaparecimento de expressões artísticas e práticas culturais. Cânticos, orações e encantamentos são esquecidos, uma vez que os contextos, os espaços e os cenários coletivos onde ocorriam deixam de existir. Trata-se de habilidades, vestimentas, talentos e competências artísticas que se extinguem nesse processo de apagamento cultural. Dessa forma, a *política do porão* produz seres de pertencimentos ancestrais e comunitários fragmentados e dilacerados que, em busca de espaços de resistência, modificam e reinventam crenças, saberes, artes e práticas agrícolas.

O navio negreiro, como um abismo gerador, dá origem a seres em condições únicas, descritos como uma "estranha cria dos mares" – prisioneiros separados de suas histórias e de seus laços com a Terra Mãe. Esse ambiente despoja os cativos de suas heranças culturais, práticas sociais e crenças espirituais. Suas línguas, nomes, religiões, artes e culturas são silenciados, reduzindo-os a corpos isolados de seus ecossistemas históricos e culturais. Africanos negros são renomeados, rebatizados, e

instruídos em formas de trabalho, crenças religiosas e relações sociais moldadas pela sociedade colonial cristã. Assim, essa "cria dos mares" é reduzida a um corpo controlado pelos senhores escravistas: um corpo perdido, vagando sem um porto comum, histórico ou terreno ao qual possa pertencer.

Além dos corpos perdidos, o navio negreiro produz seres mantidos em uma situação fora-do-mundo, em uma relação de estranhamento radical com o mundo. Malcom Ferdinand nos alerta que

"fora do mundo" não significa que os escravizados não estejam fisicamente presentes nas Américas, nas oficinas das cidades ou nas plantações, tampouco que seus lugares e que suas funções sociais não sejam reconhecidos, mas sim que, após o desembarque, os escravizados são mantidos fora de um conjunto de instituições, de arenas públicas e de políticas a partir das quais se constrói e se organiza o mundo. Assim como as crianças e as mulheres não escravizadas, os escravizados não poderiam votar, nem ocupar cargos de autoridade nos conselhos soberanos e nas cortes de Justiça, tampouco o cargo de governador. Reduzidos a uma mão de obra dos desejos dos outros, os escravizados permaneceram estrangeiros no mundo (Ferdinand, 2022, p. 161).

Com essa política do desembarque, as pessoas são desvinculadas de seus pertencimentos culturais, postas numa relação fora-do-solo e obrigadas a estar fora-do-mundo. Esses cativos no porão da embarcação nasceram, mas estão reduzidos à existência de uma vida nua. Diante dessa política de desembarque que acultura, aliena e escraviza, os naufragos se lançam em uma busca por identidade, por um lugar e por um sentido de pertencimento no mundo. Desse modo, o gesto de emancipação em relação ao navio negreiro ocorre em três níveis. Primeiro, implica reconstruir uma autoestima e uma relação saudável com o próprio corpo, bem como reafirmar uma identidade, uma história e uma cultura que o processo de aculturação havia suprimido. Em segundo lugar, representa o contato com a terra após a alienação imposta pela sociedade colonial. E, por fim, envolve o esforço de se reintegrar ao mundo que fora negado aos escravizados.

Dentro desse quadro geral de *políticas de embarque e de desembarque* do navio negreiro, Ferdinand pontua a especificidade da condição da mulher negra escravizada, ao relatar que,

nas Antilhas francesas, as mulheres trabalhavam nos campos e nos engenhos / oficinas como os homens, em condições perigosas, com má alimentação e com acesso difícil a cuidados sanitários. Sendo elas

menos numerosas que os homens no século XVII, uma proporção maior de mulheres escravizadas trabalhava nos campos, enquanto o restante exercia outras ocupações, tais como lavadeiras, costureiras e governantas. Trabalhando também na cozinha, elas foram acusadas de envenenamento pelos senhores com muito mais frequência do que os homens escravizados. Como a fratura colonial transgredia as alianças de gêneros, as mulheres escravizadas não eram mais bem tratadas pelas senhoras de escravizados, e estas foram cúmplices frequentes dos suplícios daquelas (Ferdinand, 2022, p. 78).

Ressalta-se, ainda, que as mulheres negras escravizadas simbolizam a exploração conjunta da terra e de seu ventre, afinal, o recém-nascido parido pela mãe escravizada era propriedade do senhor:

Assim, as mulheres escravizadas foram exploradas tanto por sua função de produção quanto por sua função de reprodução, a fim de remediar o desequilíbrio quantitativo entre homens e mulheres escravizados nos séculos XVII e XVIII nas *plantations*. Como observa Christina Sharpe, o sistema de *plantation* transforma os úteros Pretos em porões negreiros. Por fim, elas foram vítimas de abusos sexuais por parte dos senhores de escravizados, e até mesmo por parte dos escravizados (Ferdinand, 2022, p. 79).

Atente-se que o controle das mulheres e das matrizes da Terra foi parte integrante do habitar colonial, como demonstram as experiências coloniais das Américas, da Oceania e da África. O corpo das mulheres escravizadas foi objeto das discussões de outros, fossem eles abolicionistas ou pró-escravidão, que as despojaram da responsabilidade pelo próprio corpo. Sob o regime da escravidão nas Américas, a criança em gestação no ventre de uma mulher em condição de escravidão tornava-se propriedade do senhor da *plantation*. A matriz feminina, assim como as terras férteis, permanecia subjugada no contexto do domínio colonial. Assim, observa-se que tanto o controle sobre o corpo reprodutivo das mulheres racializadas quanto a exploração dos recursos da Terra fazem parte de um mesmo processo de devastação.

Importante enfatizar que as mulheres, particularmente as racializadas, têm uma experiência muito mais intensa e mais perigosa por se tornarem presas de sociedades pós-coloniais, racistas e patriarcais: são alvo de violências verbais e sexuais nas ruas, nas instituições públicas e privadas, bem como no ambiente doméstico. Tanto em tempos de guerra como em tempos de paz, os conflitos entre homens tiveram como pano de fundo uma concepção das mulheres como simples objetos que servem para saciar os desejos de dominação do outro. Por isso, para Ferdinand, faz-se pertinente denominar *enjaulamentos* os processos sociais e políticos que visam aprisionar as

mulheres em espaços privados, “longe do escrutínio, longe da empresa e de sua direção, longe dos parlamentos, dos senados e das arenas políticas, limitando seu movimento” (Ferdinand, 2022, p. 246).

Abatidas, por feminicídios que acontecem tanto no seio do próprio lar, por meio das violências conjugais, como fora de casa, e navegantes através das selvas de homens aos quais as sociedades dão, tacitamente, o direito de insultar e de exibir de modo explícito suas atitudes de predadores e suas veleidades de controle de corpos; para sobreviver, essas mulheres aprenderam a se recuperar das violências e dos insultos cotidianos, ao mesmo tempo que são, por vezes, obrigadas a conter a indignação por medo das represálias do outro sobre seu corpo, sobre sua vida familiar, acadêmica ou profissional. Para as mulheres Pretas e racializadas, tornadas presas ao mesmo tempo pelos homens Brancos e pelos homens racializados, a experiência de caçada ganha uma dimensão adicional: suas experiências de ser-presas são recobertas pela exclusão simbólica de um pertencimento nacional ou de uma cidadania em comum.

No interior dessas metamorfoses crioulas, encontram-se experiências, especificamente, femininas do aquilombamento. Historicamente, a partida para o aquilombamento incluía uma proporção menor de mulheres, por suas condições de mulheres e de mães, encontravam ainda mais entraves à liberdade de movimento do que os homens escravizados. Mulheres escravizadas eram raptadas por quilombolas durante a pilhagem de *plantations*, e as experiências de quilombos reproduziram, em alguns pontos, desigualdades entre homens e mulheres. Assim, nas representações, o aquilombamento permanece, principalmente, masculino. O inverso dessa perspectiva masculina do aquilombamento produziu, em contrapartida, uma figura quilombola mulher que seria idêntica à do homem quilombola, ao mesmo tempo que negava as dominações específicas da condição das mulheres escravizadas.

A posição das mulheres, no sistema escravagista, leva a uma outra compreensão do aquilombamento e ao reconhecimento de outras ações além da fuga, um conjunto de outras figuras quilombolas. Entre elas encontram-se, em primeiro lugar, aquelas com quem as alianças tornam possíveis as fugas iniciais dos homens e a manutenção do aquilombamento. Há também as libertadoras, aquelas que literalmente libertam os escravizados. Há as mães-quilombolas, que aceitam permanecer na *plantation* e se encarregam de criar os filhos com amor, sem saber se a aliança se manterá, se o homem quilombola voltará para buscar mulher e filhos.

Do mesmo modo, as mulheres cultivavam os campos dos quilombos e criavam animais a fim de alimentar as comunidades. Por fim, encontram-se também as passadoras, as que continuam a alimentar os homens quilombolas, a escondê-los em suas senzalas. Vivendo nos quilombos, elas também conseguem voltar às cidades para vender os produtos cultivados, passando de um mundo a outro, elas tecem solidariedades entre o mundo da *plantation* e o dos quilombolas.

Diferentemente da fantasia masculina de um homem quilombola sozinho, essas primeiras mulheres quilombolas foram as que tornaram possíveis o aquilombamento dos homens e a sobrevivência dos quilombos. Ao lado das que ajudam, encontram-se, sobretudo, mulheres que se aquilombam por si e pelos seus, que questionam, a um só tempo, a escravidão e a sua dominação pelos homens livres e pelos homens escravizados. Esses quilombolas mostram, assim, uma dupla resistência: à escravidão colonial e à dominação masculina. Elas revelam que a metamorfose crioula também passa pela defesa de uma responsabilidade por seu próprio corpo. Apesar dessas diferenças, uma vez que homens e mulheres brancos concordavam em menosprezar os escravizados negros e as escravizadas negras, homens e mulheres quilombolas formaram alianças para subverter essa fratura colonial.

Por isso, a recomposição dos corpos quebrados por essa dupla fratura moderna toma dois caminhos distintos: corpos sociais em direção a corpos biológicos, e vice-versa. Diante da espoliação estrutural da escravidão das Américas, as lutas dos negros escravizados desse continente tinham por objetivo, entre outros, recuperar seus próprios corpos. Esse regime global identificava uma maioria de pessoas negras, especificamente mulheres pretas e racializadas, a corpos possuídos por outrem, recursos do habitar colonial que resultaram em corpos quebrados no nível físico e biológico, no nível sociopolítico e no nível metafísico. As lutas antiescravistas, antirracistas e feministas têm o duplo objetivo de recuperar esses corpos e de cuidar deles. Trata-se de defendê-los em sua genealogia e de fortalecê-los em sua multiplicidade de existência.

Essas lutas desenvolvem-se em, pelo menos, três planos. Inicialmente, as resistências e as lutas de libertação da escravidão compreendiam uma redescoberta dos movimentos do corpo que escapam à mecânica escravizadora da *plantation* patriarcal. As danças praticadas pelos escravizados, nos dias de folga, permitiam manter as relações com uma cultura ancestral e com a África, mas também permitiam lembrar que os corpos podem, literalmente, fazer outros movimentos além dos exigidos

pelas monoculturas de *plantation* ou pelo trabalho no engenho. Essas danças de resistência mostram que a transpiração não era o apanágio das *plantations* de cana-de-açúcar e algodão, podendo também irrigar as artes e os ritmos, os encantamentos e os amores.

Por fim, essa recuperação do corpo dos ex-escravizados desenvolve-se no nível metafísico. Oriunda de um mundo que, durante quatro séculos, reproduziu um discurso depreciativo a respeito de pretos e de outros não-brancos, essa terceira recuperação do corpo consiste em poder restabelecer uma relação de amor e de dignidade com seu corpo e com sua aparência. O corpo e a pele negros tornam-se a prisão de uma desvalorização social e de uma exclusão política, corpo e pele que, portanto, seria preciso esconder, afastar, arrancar e até transformar. Essa herança colorista da modernidade deu origem a estratégias sociorraciais e a técnicas do corpo, como a descoloração da pele e o alisamento dos cabelos crespos, que tinham a função de afastar o máximo possível um pretense fenótipo negro e a suposta posição sociopolítica a ele associada.

O primeiro impulso dos múltiplos movimentos que pretendiam revalorizar corpos, peles, cabelos e belezas negros surge em resposta a essa história multissecular de escravidão e de antropologia biológica que cobre de vergonha os corpos pretos de homens e de mulheres. Diante de representações culturais, midiáticas e políticas que depreciam e que marginalizam negros, correntes literárias, artísticas e cinematográficas visam justamente cuidar desses corpos racializados. Da negritude ao cinema de diretores de cor, passando por obras de artistas plásticos, dançarinos, dramaturgos e poetas, o desafio propriamente é recuperar uma dignidade para os que foram confinados ao porão do mundo.

Nessa direção, o romance *Solitária* (2022), escrito por Eliana Alves Cruz e publicado pela editora Companhia das Letras, é compreendido, neste Artigo, como um ato de aquilombamento entre as personagens Eunice e Mabel – respectivamente, mãe e filha – que rasura as políticas colonialistas de *enjaulamento* de corpos negros, pois, a tomada de consciência da personagem Mabel sobre sua opressão também significa uma prática de libertação conjunta com sua mãe Eunice, em busca da humanidade suprimida a esses corpos durante séculos de opressão sobre a negritude africana e seus descendentes nas terras coloniais.

Segundo o portal *literafro*, Eliana Alves Cruz é jornalista por formação. Nasceu no Rio de Janeiro, onde atua como chefe do Departamento de Imprensa da

Confederação Brasileira de Esportes Aquáticos, sendo também vice-presidente do Comitê de Mídia da Federação Internacional de Natação – FINA. Nesse campo de trabalho, visitou dezenas de países e participou de três Olimpíadas, vinte Campeonatos Mundiais e inúmeros eventos nacionais ligados ao esporte aquático, sendo também responsável pelo site www.blacksportclub.com.br, voltado para o resgate da presença negra no esporte. *Solitária*, que aqui é analisado, é seu último romance até o momento, mas, também em 2022, Eliana publicou a coletânea de contos *A vestida*, que lhe conferiu o prêmio Jabuti nessa categoria.

***Solitária*: um aquilombamento entre mãe e filha**

Solitária nos traz uma narrativa dividida em três partes, com foco narrativo em primeira pessoa, algo que já sinaliza o ineditismo da obra e da dimensão artística proposta pela autora. A primeira parte é contada pela voz de Mabel, filha da empregada doméstica Eunice. Mabel cresce, de forma cruel, via representação de uma “empregada-mirim”, tendo espaço de acesso limitado ao quarto de empregada e à cozinha, até passar no vestibular, momento que dá início à sua saída da casa dos patrões de sua mãe e, conseqüentemente, a uma nova vida para sua família.

A partir de Mabel, são apresentadas, por exemplo, as primeiras reflexões/contraposições sobre a arquitetura do condomínio e dos ambientes pelos quais circulam personagens. É ela quem contrapõe os espaços diminutos das pessoas que trabalham aos das pessoas que “pertencem à casa grande” (Cruz, 2022, p. 21) dos patrões. Na página 35 da obra, por exemplo, é possível ler: “Reparei mais uma vez que, para quem não era patrão, tudo era ‘inho’, quartinho, apartamentinho, banheirinho...” (Cruz, 2022, p.35). O uso reiterado de diminutivos, além de recurso linguístico e estilístico, é contraposto ao profundo sentimento das personagens, como expresso por Mabel em: “Aquela tarefa de lavar, jogar fora e organizar ajudou mamãe a ordenar também as emoções. A velha tática para amansar o mar interior que se agitava dentro dela” (Cruz, 2022, p.25). Outro excerto que demanda destaque encontra-se abaixo:

Fiz tudo no banheirinho. Não tive coragem de ir para o quartinho. Não tinha coragem de olhar os santinhos da minha mãe na cabeceira da cama. Fiquei espremida ali entre a privada, a pia e o minibox. O curioso era que, do contrário daquele banheiro gigante e luxuoso perto da sala, naquele momento o lugar minúsculo amenizava minha sensação de desespero e abandono. Ele era apertado como um útero para um feto grande (Cruz, 2022, p.66).

A segunda parte, por sua vez, é narrada pela própria Eunice, mulher negra que mora no que se chama, ainda sem constrangimentos no Brasil, de “quartinho de empregada”, dentro do apartamento de D. Lúcia, uma cobertura que ocupa todo um andar no condomínio de luxo Golden Plate. A partir de sua voz, é apresentada aos leitores a perspectiva dessa personagem diante dos acontecimentos, em primeiro momento, apresentados por Mabel. Nessa parte da narrativa, é possível perceber como mãe e filha vivenciam, de diferentes formas, os mesmos episódios. Se, inicialmente, observamos a luta de Mabel para que a mãe percebesse a relação que existia entre ambas e os patrões, compreendemos, a partir do olhar de Eunice, sua história de vida, suas privações, seus pensamentos, inclusive, relacionados ao crescimento da filha em seu ambiente de trabalho, como é possível ler em:

Hoje fico com pena do sacrifício que era se tornar invisível. Além dos espaços apertados que ocupávamos, o silêncio era um companheiro. Era preciso estar presente sem estar. Uma boa serviçal é silenciosa, e a criança que é a filha dessa mulher também deve ser. Ela não pode rir como uma criança, não pode pular ou fazer travessuras como uma criança. Ela não é uma criança. É um incômodo, alguém apenas tolerado... (Cruz, 2022, p.97).

A terceira parte, então, é narrada pelas *Solitárias* - o quarto de empregada, o quarto do porteiro, o quarto do hospital e o quarto de descanso - espaços personificados que, ao contarem suas histórias, dão a ver estruturas arquitetônicas de segregação que evidenciam tecnologias contemporâneas de cárcere, de cativo, de *apartheid* e de formação de uma *outridade*, conceito definido por Grada Kilomba (2008) como uma dinâmica/fantasia, elaborada pelo sujeito branco, em que o sujeito negro torna-se não apenas a/o "outra/o" - o diferente, em relação ao qual o "eu" da pessoa branca é medido - mas também a representação mental daquilo com que o sujeito branco não quer parecer. Nesse sentido, a negritude serviria como forma primária da *outridade*, pela qual a branquitude é construída. Conforme a autora, “não é com o sujeito negro que estamos lidando aqui, mas com fantasias brancas sobre o que a negritude deveria ser” (Kilomba, 2008, p. 38).

É habitando esses espaços de segregação que Eunice, ao encarar com dor sua trajetória, instrui Mabel a não reproduzir seu trabalho, a não ecoar sua voz baixinho no fundo das cozinhas alheias, debaixo das trouxas, das roupagens sujas dos brancos, pelo caminho empoeirado, rumo à favela; como diria Conceição Evaristo no poema *Vozes-Mulheres* (2017). Ao contrário, os ensinamentos de Eunice à Mabel demonstram

seus esforços e seus desejos para que a filha possa ser a ressonância, o eco da vida- liberdade, a voz que não se engasga mais na garganta. Ao compreender o percurso materno, Mabel olha para o afrofuturo como quem não ecoará lamentos e obediência, mas como quem, em ensinamento compartilhado, tomará a mãe pelas mãos e a libertará da suposta gratidão incondicional, dos porões do navio, da lavanderia, do quarto de empregada, da cozinha, do elevador de serviço, da entrada dos fundos.

Nesse sentido, *Solitária* não só aborda a denúncia da escravidão, as suas consequências e os dramas da exclusão e da miséria - trazendo o tema da herança escravocrata que transparece na contratação do trabalho doméstico no Brasil - fato que dialoga diretamente com as movimentações relacionadas à PEC das Empregadas domésticas, em 2015, e com casos de escravidão contemporânea reportados midiaticamente nos últimos anos (assim como acontece com Dadá, outra personagem do romance que é mantida por vinte anos em cárcere privado no apartamento da síndica do Golden Plate) - mas também celebra a ancestralidade africana pelo vínculo da afetividade, pelo desejo de libertação que se torna latente em Mabel, inscrito já na primeira página do livro: “- Mãe... a senhora precisa se libertar dessas pessoas... A senhora não deve nada pra elas. Não tenha medo de encarar esse povo que nunca limpou a própria privada.” (Cruz, 2022, p. 11).

A liberdade alcançada por Mabel, desse modo, ao mesmo tempo que anuncia um futuro para ser vivido fora da “gaiola dourada” (Cruz, 2022, p. 69), volta-se também ao passado, à quebra do silenciamento ancestral de sua mãe, à consciência do tempo não-linear no qual uma ação no presente é capaz de abrir os porões dos navios e de resgatar - recontar - a história do povo negro na diáspora brasileira, rompendo também com o que a antropóloga Lélia Gonzalez (1980) entende como a “neurose da cultura brasileira” que coloca mulheres negras em situação de objetificação na esteira da divisão sexual e racial do trabalho no país.

Promovendo a quebra do ciclo da escravidão doméstica, Mabel, em contraponto a sua avó e a sua mãe, é aprovada no vestibular de Medicina e, posteriormente, torna-se a primeira pessoa com Ensino Superior na família. A promessa feita à d. Codinha, sua avó, entretanto, não é esquecida:

- Mabel, no dia que você entrar naquela faculdade, vai esquecer que lhe ensinei a curar dor de cabeça com chá de folha de louro e casca de cebola? – questionou d. Codinha.
- E que leite de inhame cura dor de estômago – perguntei.

– E que chá de quebra-pedra faz bem para os rins e cidreira acalma. Não tem nada que me tire essas certezas, d. Codinha – Mabel respondeu. (Cruz, 2022, p. 103)

A imagem do chá, junto a um livro, é impressa na capa do livro-objeto, entendido pelo leitor, provavelmente, apenas ao fim da leitura: Mabel termina o enredo em seu consultório, tomando chá de erva cidreira e lendo *Cartas a uma negra*, livro da antilhana Françoise Ega, que trabalhava em casas de família em Marselha, na França. Nele, lê que “o problema da faxina é o cheiro da vida dos outros”. Dessa maneira, Eliana Alves Cruz entrelaça enredos e obras que dialogam, como já havia feito ao citar Conceição Evaristo em *Solitária*, fortalecendo a divulgação de obras que, com a narrativa, tecem contribuições para que o leitor possa, futuramente, mergulhar ainda mais na temática proposta.

Além de quebrar com o ciclo de perpetuação do trabalho doméstico entre famílias de mulheres negras - que é um dado social do Brasil e integra o que Grada Kilomba (2008) define dentro de uma análise sobre *racismo genderizado*³ - a trajetória de Mabel rompe com a prática de *epistemicídio* que, na visão de Sueli Carneiro, no Brasil:

não só é a anulação e a desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, mas também um processo persistente de negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade, desenhado por uma produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e como produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva, pela carência material e/ou pelo comprometimento da autoestima em processos de discriminação correntes no âmbito educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes, destituindo-lhes a razão, os meios para alcançar o conhecimento legitimado (Carneiro, 2005, p. 97).

Quanto ao tema, é importante também perceber as problematizações apontadas a partir de personagens subjugados no trabalho: Irene, Eunice, Dadá e o porteiro Jurandir, por exemplo - que acabam criando um vínculo afetivo com as famílias que os mantêm em cárcere, ferramenta colonial que colaborou para a perpetuação e para a manutenção da escravidão no Brasil, “um elo de ligação que não mais se destina ao

³ Para Grada Kilomba (2008, p. 97), é importante estarmos atentas para o fato de que mulheres negras têm sido incluídas em diversos discursos que mal interpretam a própria realidade: um debate sobre racismo no qual o sujeito é o homem negro; um discurso genderizado no qual o sujeito é a mulher branca; e um discurso de classe no qual “raça” não tem nem lugar: são intersecções das formas de opressão que produzem de efeitos específicos.

corpo individual e coletivo, mas ao controle de mentes e de corações” (Carneiro, 2005, p. 97).

Duas passagens do livro que deixam entrever esse elo estão relacionadas ao carinho que Eunice sente por Camilinha, filha da patroa, visto em: “Vivi com aquela família muito tempo. Vi Camila crescer como a mãe dela não viu, e era tudo muito difícil para mim” (Cruz, 2022, p. 75), e à gratidão que Jurandir sente por Feitoza, militar que reside no condomínio em que é porteiro e que teria conseguido uma bolsa de estudos para Cacau, filho mais novo de Jurandir.

É o que a própria Eliana Alves Cruz denomina “famosa chantagem emocional” ou “síndrome de Estocolmo”, em entrevista ao Portal “Quatro Cinco Um”⁴, práticas entendidas como o desenvolvimento de um falso afeto, uma forma de manipulação perversa que cria uma certa ilusão afetiva entre colonizador e colonizado, entre patrão e empregado, a partir de situações linguísticas de falso protagonismo como: “Só você sabe fazer isso”, “Só você cozinha desse jeito”, “O seu é especial”. É a figura do senhor negando seu projeto de colonização e o impondo à/ao colonizada/o. Em interlocução com Kilomba (2008), temos que, “no racismo, a negação é usada para legitimar estruturas violentas de exclusão racial” (Kilomba, 2008, p. 34).

A temática do direito à saúde pública se destaca na narrativa de *Solitária* quando D. Lúcia facilita para ela o aborto, consciente de que a Mabel não poderia ser mãe na adolescência. D. Lúcia se mostra uma pessoa progressista nas ideias, ao tratar com naturalidade tudo referente ao aborto realizado por Mabel, mas mantém naturaliza todas as práticas escravocratas, tratando a adolescente como uma pessoa destinada a ser a extensão do serviço doméstico de Eunice, o que pode ser visto em diálogo entre João e Mabel: “Olha, esses barões aqui não querem nunca perder duas empregadas pelo preço de uma. Ela não fez isso por você!” (Cruz, 2022, p.69). Essa dualidade, esse conflito, é característico da classe média contemporânea e urbana, como também aponta Eliana Alves da Cruz na entrevista supracitada.

As propostas temáticas que atravessam *Solitária* conversam diretamente com os estudos da filósofa Sueli Carneiro, que, em sua tese de Doutorado - *A construção como não-ser como fundamento do ser* (2005) - estuda a elaboração da racialidade como dispositivo de poder na contemporaneidade, de controle, de hierarquização de corpos,

⁴ Entrevista com a autora. Disponível em: <https://www.quatrocinco.um.com.br/br/entrevistas/fichamento/eliana-alves-cruz>. Acesso em: 05 mar. 2023.

em diálogo explícito com os estudos de Foucault sobre a sexualidade como dispositivo de poder em *A história da sexualidade* (1988). Carneiro inicia sua tese discutindo antecedentes e hipóteses que produziram discursos na intenção de legitimar a escravidão africana, lugar em que, para ela, está a nossa “unidade histórica e pedagogicamente anterior” (Carneiro, 2005, p. 26). Para tal, demarca como questão essencial o tema da escravidão estar, desde a Antiguidade, atravessado por conceitos religiosos derivados do judaísmo ou da filosofia grega e a concepção da escravidão, concebida na tradição filosófica, como parte integrante de um modelo de hierarquia social, como parte de um mundo que requeria ordem moral e disciplina, sustentando um padrão de autoridade complexo e hierárquico, por meio do domínio notoriamente físico dos corpos. Problemas de contextualização.

A tentativa de sustentar esse padrão de autoridade e de hierarquia, a partir de sistemáticas que rememoram as violências físicas da escravidão colonial, se destaca em diversas cenas de *Solitária*. Logo no início da narrativa, Mabel rememora um acidente na piscina em que vê “D. Helena diante de uma mocinha de branco” (Cruz, 2022, p. 23) dando um tapa em seu rosto por entendê-la como a responsável pelo afogamento de seu filho. A mocinha de branco era Irene, uma menina de treze anos que trabalhava como babá, e a agressão física é tratada com extrema naturalidade. Para a família da cobertura do Golden Plate, Irene pertence à Helena.

Grada Kilomba, em *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano* (2008), apresenta a visão histórica da máscara de Anastácia como um objeto de silenciamento, instrumento real do colonialismo europeu, símbolo das políticas sádicas de conquista e de dominação. Para a estudiosa portuguesa, o silenciamento da boca é uma metáfora de posse. Se a máscara é violência e dominação, o tapa na cara também o é tal como a legitimação da agressão física.

Para Sueli Carneiro (2005), a escravidão colonial é a chave para se ler o racismo e seus vieses no Brasil contemporâneo e, para se perceber o momento em que a negritude foi inscrita efetivamente no “paradigma do Outro”, do não-ser humano. Afinal,

a sustentabilidade do ideário racista depende de sua capacidade de naturalizar a sua concepção sobre o Outro. É imprescindível que esse Outro dominado, vencido, expresse em sua condição concreta, aquilo que o ideário lhe atribui. É preciso que as palavras e as coisas, a forma e o conteúdo, coincidam para que a ideia possa se naturalizar. A profecia auto-realizadora é imprescindível para a justificação da desigualdade. Nesse sentido, a pobreza a que estão condenados os negros no Brasil é parte da estratégia racista de naturalização da

inferioridade social dos grupos dominados a saber negros ou afrodescendentes e povos indígenas (Carneiro, 2005, p. 29).

É justamente nesse paradigma do *não-ser* que se instaura o que Grada Kilomba denomina de *racismo cotidiano*: “todo vocabulário, discursos, imagens, gestos, ações e olhares que colocam o sujeito negro e as Pessoas de Cor não só como “Outra/o”, mas como Outridade, como a personificação dos aspectos reprimidos na sociedade branca.” (Kilomba, 2005, p. 78).

As três partes de *Solitária*, por fim, são guiadas e unidas não só por episódios cotidianos comuns aos personagens, mas pelo crime relacionado ao menino Gilberto, filho da empregada que ocupa lugar de Eunice, tendo esta como principal testemunha do episódio que condena Camila, a filha da patroa. A queda da criança da varanda da cobertura do Golden Plate, por negligência dos patrões, também traz reflexões valiosas sobre a infância direta ou indiretamente perdida em um país de serviços domésticos que também apartam mães trabalhadoras e seus filhos. Nota-se, dessa forma, que a obra é rica em muitos aspectos que carecem de visibilidade quando a temática é trabalho doméstico no Brasil.

Ao nos debruçarmos sobre *Solitária*, buscando seu ponto de vista, é possível observar um conjunto de valores que fundamentam uma perspectiva identificada à história, à cultura e a toda problemática inerente à vida e às condições de existência de um povo que descende da diáspora africana, de um processo colonização, de escravização de corpos, de reificação. De início, pode-se ressaltar, por exemplo, que a voz da personagem Mabel assume o protagonismo de olhar para sua infância restrita aos espaços de serviço da casa, com a presença condicionada, desde muito nova, à obrigação de auxiliar sua mãe nas tarefas domésticas no apartamento de D. Lúcia. Mabel, quando fala, é sujeito que “tem o direito de definir suas próprias realidades, estabelecer suas próprias identidades, de nomear suas histórias” (KILOMBA, 2008, p.29). A voz narrativa de Mabel problematiza, por dentro, o tema da infância roubada, do mito de que os corpos negros apresentariam uma pré-disposição biológica ao trabalho braçal e que, por isso, a tais não caberiam o direito à infância e à fragilidade corporal, por exemplo.

Afastada de estereótipos - que simplificariam a narrativa - *Solitária* escancara figurações criadas e forjadas por uma classe média brasileira: Camila, a filha de Lúcia e de Tiago, donos do apartamento, é uma adolescente de classe média, por isso é uma adolescente em toda inteireza, fragilidade, lazer, desejos, mimos; mas Mabel, uma

menina da periferia, filha da empregada da casa, é uma mulher aos doze anos, bem como Irene, a empregada agredida aos treze anos de idade:

as coisas de que me lembro nitidamente são a imagem de d. Helena diante da mocinha de branco e o tapa ruidoso que deu no rosto dela antes de bater retirada com os paramédicos e a festa inteira. Aquilo foi mais alto que o grito agudo da menina (Cruz, 2022, p.23).

Sobre as técnicas desenvolvidas pelo colonizador para o adestramento do corpo negro em vistas ao trabalho que perpetuam até hoje, Sueli Carneiro (2005, p. 93) observa que, no Brasil, o dispositivo de racialidade visou fundamentalmente à docilização do corpo negro, animalizado e dominado para o esforço físico ininterrupto. Desse modo, para a filósofa, a resistência negra é um constante “esforço dramático de preservação do primeiro e mais elementar dos direitos humanos que é o direito à vida”.

Mabel criança, Mabel adolescente, Eunice e tantos outros personagens como Jurandir, Irene e Dadá são sujeitos que - apartados de suas subjetividades - vivem em suas solitárias, ou solidões, o não pertencimento, pois não moram no Golden Plate, habitando quartos de serviço e cozinhas, realidade que empresta título à obra. Embora esse seja o cenário de base da narrativa, o decorrer do enredo nos faz acompanhar a trajetória de Mabel em seu contradiscurso, em suas contra-ações, opostas aos que pretendiam limitar seus espaços e, nesse sentido, o ponto de vista de Solitária alcança não o reforço de estereótipos de associação da negritude somente à tristeza, à violência, mas à fortificação de uma subjetividade que respira delicadeza, estratégias de resistência e de liberdade e da recuperação de um afeto entre mãe e filha – duas mulheres que, por estarem machucadas, muitas vezes, se machucam entre si. Solitária é um projeto literário que investiga e fala muito sobre a liberdade: o que é ser livre? O que isso significa no Brasil? O que essa palavra significa para o Brasil? Como conquistar essa liberdade em um contexto em que a pobreza “é racializada ao ponto de tornar os negros uma espécie de símbolo ontológico das classes econômicas e politicamente subalternas”? (Cruz, 2022, p. 114).

Desde o título, a obra Solitária é expressiva. Isso porque, além dos usos do diminutivo, com única palavra, expressa em capa o enredo que adjetiva a solidão das trabalhadoras domésticas e substantiva/concretiza o espaço restrito a que estão submetidas em seus locais de trabalho cotidianos: “Sei que, no fundo, não era um quarto. Eu era uma solitária. Uma prisão, um lugar destinado a partar do mundo e do restante dos viventes”. (Cruz, 2022, p. 119). Marca, de forma semelhante, capítulo a

capítulo, a partir de seus títulos-territórios – “Quarto de Despejo”, “Salinha”, “Área de Serviço” – a movimentação das protagonistas rumo ao “Quarto de Descanso” – local em que se encontra o “cheiro da própria vida” (Cruz, 2022, p. 161).

Outro aspecto que chama a atenção é o modo como vocabulários próprios da religiosidade, sobretudo negra, aparecem via voz das personagens. É possível observar tal aspecto na linguagem do enredo, além do sentimento de estar em encruzilhadas e no olhar atento às espadas-de-São-Jorge, na voz de Eunice, a seguinte percepção sobre a fé da matriarca de uma família em que os homens se vão: “Mamãe tinha lá seus caboclos, pretos velhos, entidades e velas num altar no jardimzinho de casa, mas íamos à missa todo domingo” (Cruz, 2022, p. 82).

Outrossim, é importante considerar, no aspecto linguagem, inúmeros sintagmas nominais expressivos, tais como “dedo verde” (p. 81) em referência ao pai jardineiro de Mabel, ou “mãe-menina” (p. 68) em alusão à possibilidade de Mabel ter um filho/filha com João. A passagem que traduz o olhar de Mabel para despedida de Irene, outra empregada da casa, também é marcada por recursos estilísticos: “Eu ficava pensando se algum dia eu veria Irene outra vez, mas com o belíssimo sorriso que vi no terraço de d. Lúcia, sem os olhos molhados e vazios de futuro” (Cruz, 2022, p. 34).

Para além disso, as próprias reflexões sobre os significados da palavra liberdade e sobre sua infância podem orientar as análises sobre a linguagem, pois, quando a trajetória de Mabel investiga o que seria liberdade para ela e para sua família, e o que seria liberdade para família de D. Lúcia, quando observa que Camila era denominada como criança enquanto ela não, Mabel está, potencialmente, ressignificando sentidos hegemônicos da língua, uma vez que o direito à infância não se define apenas por uma questão etária, jurídica, mas também por fatores socioeconômicos, configurando uma nova ordem simbólica que desuniversaliza a tentativa de descorporificação de discursos e dos contratos culturais de interpretação do mundo, ditadas pelo colonizador, reafirmando “a língua como uma dimensão política capaz de criar, fixar e perpetuar relações de poder e de violência, definindo o lugar de uma identidade” (Kilomba, 2008, p. 45).

Que corpos têm direito a serem chamados de crianças? Quais corpos são amparados pela legislação do Estatuto da Criança e do Adolescente? Quais corpos pertencem à Legislação Trabalhista Brasileira? Que corpos podem ser chamados de cidadãos/ãs, porque têm direito a uma cidadania plena e não apenas a uma subcidadania? O que percebemos na elaboração do par dicotômico Mabel (não criança)

x Camila (criança plena) a é a construção de um não-ser (Mabel) para afirmar o Ser (Camila), pois:

o Ser constrói o Não-ser, subtraindo-lhe aquele conjunto de características definidoras do Ser pleno: auto-controle, cultura, desenvolvimento, progresso e civilização No contexto da relação de dominação e reificação do outro, instalada pelo processo colonial, o estatuto do Outro é o de “coisa que fala” (Carneiro, 2005, p. 99).

Nesse contexto, a escrita de *Solitária* buscaria uma reterritorialização cultural que pode ser observada já pelo título que denuncia a associação entre arquitetura e solidão, problematizando os espaços diminutos pensados para a exclusão, por exemplo, o quarto de empregada - que vem passando por um processo de tentativa de eufemismo, sendo denominado de quarto reversível, mas ainda sim onde se coloca uma cama ao lado de vassouras e de lixeiras - ou a moradia do porteiro que, geralmente, fica na garagem bem mais suscetível ao barulho, à inundação. Esses espaços evidenciam o que Grada Kilomba (2008) chama de segregação racial e fantasias brancas de contágio racial, conceito que dá conta de analisar “a divisão entre lados leste e oeste como um lembrete geográfico acerca das fronteiras que o sujeito negro não pode transgredir, para não contaminar o território branco” (KILOMBA, 2008, p. 198). Tal geografia evidenciaria uma assimetria de poder na qual a branquitude define sua própria área e a negritude é confinada a uma determinada área definida pela branquitude.

Ideias finais

A partir das análises desenvolvidas neste trabalho, nota-se que a narrativa de *Solitária* representa-se como parte de todo projeto estético de Eliana Alves Cruz, autora que deixa ver novos modelos identitários nos quais pessoas oprimidas e/ou exploradas passam de objeto a sujeito, em nova narrativa de confrontação inconfortável com as “verdades da/o ‘Outra/o’, verdades que têm sido negadas, reprimidas, mantidas e guardadas como segredos. Segredos como a escravização, segredos como o colonialismo. Segredos como o racismo” (Kilomba, 2008, p. 41).

Ao considerar o exposto, a narrativa proposta pela autora é, nesse sentido, uma crucial forma de aquilombamento, de combate ao preconceito, e, portanto, atua na direção de descolonização/decolonização de comportamentos naturalizados em solos colonizados. A leitura atenta de obras como *Solitária* é uma proposta necessária para a luta pela libertação, sobretudo de pessoas negras, em um país como o Brasil que é,

historicamente, desigual e onde ainda se perpetuam tentativas de redução existencial a estruturas dentro e fora da lógica arquitetônica em prol do sufocamento de grupos minoritários que lutam por legitimar suas vozes, por espaços, por direitos básicos e por elementos fundamentais ao exercício da dignidade humana.

REFERÊNCIAS

BIDERMAN, Iara. Eliana Alves Cruz. Novo romance da escritora, roteirista e jornalista carioca traça a saga contemporânea das trabalhadoras domésticas no Brasil. Fichamento e Entrevista com autora. *Folha de São Paulo Online*. Disponível em: <<https://www.quatrocincoum.com.br/br/entrevistas/fichamento/eliana-alves-cruz>>.

Acesso em 09 mar 2023.

BRASIL. Lei Complementar nº. 150, de 1º de junho de 2015. Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico; altera as Leis nº. 8.212, de 24 de julho de 1991, nº. 8.213, de 24 de julho de 1991, e nº. 11.196, de 21 de novembro de 2005; revoga o inciso I do art. 3º da Lei nº. 8.009, de 29 de março de 1990, o art. 36 da Lei nº. 8.213, de 24 de julho de 1991, a Lei nº. 5.859, de 11 de dezembro de 1972, e o inciso VII do art. 12 da Lei nº. 9.250, de 26 de dezembro 1995; e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2015. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicom/2015/leicomplementar-150-1-junho-2015-780907-publicacaooriginal-147120-pl.html>. Acesso em: 05 mar 2023.

_____. Emenda Constitucional nº. 72, de 02 de abril de 2013. Altera a redação do parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais. Brasília: Presidência da República, 2013. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc72.htm. Acesso em: 05 mar 2023.

_____. Proposta de Emenda à Constituição nº. 66, de 2012. Altera a redação do parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e demais trabalhadores urbanos e rurais. Brasília: Senado Federal, 2012. Disponível em <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/109761>. Acesso em: 05 mar 2023.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 339p. Tese (Doutorado em Filosofia da Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. [Dedalus - Teses - USP](#)

CRUZ, Eliana Alves. *Solitária*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

FERDINAND, Malcom. *Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho*. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. - São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2020.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Berlim: Editora Cobogó, 2008.

Re-Unir